

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO - PREVI-RIO
ATA SUMÁRIA DA 192ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

1. DATA, HORA E LOCAL: Em 21 de março de 2024, às 15h, realizada em ambiente híbrido (virtual + presencial) pela plataforma "Zoom".
2. ORDEM DO DIA:
 1. Aprovação da Ata da 191ª. Sessão Ordinária;
 2. Apresentação do resultado da Avaliação Atuarial;
 3. Assuntos Gerais.
3. DELIBERAÇÕES: A sessão foi presidida pelo Presidente do Conselho, neste ato representado pelo seu suplente, Dr. Fernando dos S. Dionísio. Aberta a sessão pela conselheira Melissa Garrido Cabral, foi apresentada aos presentes a ordem do dia. Passado ao item 1 da pauta, foi submetida à votação a ata da 191ª. sessão do CAD, a qual foi aprovada pela maioria dos presentes, consignados os votos em sentido contrário da conselheira Izabel, que entende que o referido registro dá a entender que os conselheiros não levam temas pertinentes para a reunião, bem como que pretendem "furar a fila" da ordem de concessão dos benefícios e do conselheiro Ulysses, que subscreveu as críticas da conselheira Izabel, bem como entende que a ata não tem sido confeccionada com a objetividade que o documento exige. Passado ao item 2, a apresentação do resultado da Avaliação Atuarial de 2023, foi esclarecido pela Conselheira Melissa, em preliminar, que o Instituto vem imprimindo uma sistemática, há algumas sessões, de apresentação de alguns fundamentos da avaliação atuarial, quais sejam: a evolução da população de participantes ativos, aposentados e pensionistas, da folha salarial e de benefícios, apresentação da justificativa de uma das principais hipóteses utilizadas, a taxa de juros, assim como, exposição do relatório da avaliação atuarial, suas diretrizes e principais informações. Em continuidade, a Conselheira destacou que posteriormente será agendada uma reunião, que servirá de treinamento fora do CAD, para melhor compreensão do relatório e, ato contínuo, será retomado o assunto em uma sessão ordinária para tratar do tema que é o equacionamento do déficit atuarial. Em sequência, foi dada a palavra para às convidadas, que exibiram a apresentação que foi enviada previamente para os Conselheiros. As convidadas expuseram os parâmetros normativos e diretrizes gerais para a organização e funcionamento dos regimes próprios de previdência social. A coordenadora da CIP esclareceu o conceito de reserva matemática e a metodologia para obtenção do resultado atuarial, demonstrando a redução do deficit atuarial de 31/12/2022 para 31/12/2023, de R\$ 35,2 bilhões para R\$ 32,9 bilhões. Após a exposição, foi dada a palavra aos presentes na ordem regimental. Pela Conselheira Izabel foi dito que, em primeiro lugar, gostaria de agradecer a apresentação e que esperava o documento final, para uma avaliação mais detalhada. Questionou se na reserva matemática não há uma incidência da diminuição do número de servidores e seu impacto. Indagou ainda sobre o motivo dessa queda fora da curva do período de 2012 a 2016, ponderando se foram as leis aprovadas nesse período e que políticas efetivas a prefeitura tomou para sanar o déficit; se haverá no documento atuarial respostas sobre as sugestões que foram feitas pela atuária. Por último, a conselheira Izabel reafirma a expectativa quanto a realização de uma reunião dos representantes do CAD, com o prefeito do Rio de Janeiro e a Secretaria Municipal de Fazenda. Em resposta, foi explicado que a avaliação atuarial já reflete a evolução da massa de servidores ativos, aposentados e pensionistas, refletindo tanto os ingressos como as saídas. Que não existe estudo específico sobre a queda do número de ativos, mas que pela análise do detalhamento da própria avaliação atuarial é possível visualizar esses impactos. Foi esclarecido que não faz parte do relatório atuarial, não sendo competência do PREVI-RIO, enquanto administrador do fundo de previdência, atribuições de políticas de RH, de retenção e atração de talentos, decisão por concurso ou terceirização. Em relação ao período de 2012 a 2016, deve-se, de fato, a publicação da Lei nº 5300/2011. Quanto às políticas efetivas para equacionar o déficit, as medidas efetivas foram concretizadas pelas leis 6.852/2021 e pela 6.982/2021: aumento da alíquota do servidor e patronal, cessão de parcela dos royalties que de forma definitiva, a extensão do prazo da suplementar por mais 10 anos e cobrança das dívidas que haviam sido quitadas com a publicação da Lei nº 5.300/2011, que está tramitando

para legalidade e reconhecimento dos valores já contabilizados no ativo do FUNDO. A conselheira Melissa continua, informando que para se fazer o equacionamento de déficit atuarial, tem de ser dado ao instituto o direcionamento e que o relatório de Avaliação Atuarial, apresenta apenas uma possível forma de equacionamento. Que dentre as alternativas conhecidas para equacionar déficits previdenciários destacam-se o aporte de bens ou recursos ou reforma previdenciária. Em continuidade, foi esclarecido pela Conselheira Melissa que não há data marcada de reunião com o prefeito. A Conselheira Isabel perguntou se foi elaborado estudo sobre a Contribuição dos aposentados e sobre a sugestão da atuária de reposição de servidores. Foi explicado que sim, que na ocasião da efetivação da taxação, demonstrou-se o impacto da taxação dos inativos e que não há sugestão pela atuária de reposição e que trata-se de uma hipótese utilizada no cálculo. Pelo conselheiro Ulysses foi dito que não se poderia perder de vista que se está discutindo mais do que o próprio PREVI- RIO, sendo uma atribuição central do Conselho, relacionada à sustentabilidade do regime próprio de previdência e que embora não caiba ao PREVI-RIO discutir se deve ou não cobrar a realização de concurso, cabe ao Conselho cobrar as medidas que sejam necessárias para o saneamento de uma eventual falta de receita. Para isso, entende ser importante o diálogo e debate com as autoridades que estão presentes, sendo preciso ouvir qual a posição do presidente do conselho, qual é a posição da representante do secretário de administração. Em continuidade, o conselheiro Ulysses indaga sobre a taxa de juros, se é fixa ou se ela varia de acordo com alguma característica do regime. Pela Convidada Viviana foi dito que todo ano a Secretaria publica uma portaria e que há uma tabela que a define de acordo com a "duration". O conselheiro Ulysses indagou ainda se os óbitos da pandemia tiveram impacto nas últimas avaliações atuariais e se é possível dizer se foram positivos ou negativos. Foi esclarecido que do ponto de vista de resultado atuarial, a saída por óbito na pandemia, uma vez que vitimou os mais idosos, que tinham direito à paridade e integralidade, melhorou o resultado atuarial. O conselheiro Ulysses indaga ainda sobre as hipóteses de "pensionamentos" e que as convidadas comentassem a qualidade dos dados que foram utilizados e qual o planejamento do PREVI-RIO para a realização do censo previdenciário. Pela conselheira Melissa foi dito que quanto à pergunta do pensionamento, da reversão em pensão, pede para as convidadas responderem no encontro previsto para detalhar o relatório, pois o tema é muito técnico. Quanto à regulamentação sobre o censo previdenciário, este é feito pela Secretaria Municipal de Fazenda. A obrigatoriedade prevista inclusive no PROGESTÃO, o programa para o qual o PREVI-RIO está se preparando, é de 5 anos. Já foi feito contato com a Secretaria Municipal de Fazenda, com o setor responsável, e já está sendo feito andamento junto com o Santander. Mas não é da competência do PREVI-RIO a parte dos ativos. Em relação aos inativos está sendo feita a prova de vida tanto presencial como virtual, pelo aplicativo Gov.br, o que já quita nossa responsabilidade em relação ao censo. Pelo conselheiro Ulysses foi dito que o censo previdenciário não é resumido pela prova de vida e que tem também a função de qualificar a base de dados. Pela conselheira Melissa foi dito que a base de dados já é de uma qualidade elevada, o que poderá ser visto também na análise do relatório da avaliação atuarial. E que existem diversas formas de se obterem os dados dos inativos, sendo a base de dados melhorada constantemente pelo relacionamento com os servidores. Não tendo previsão de realização de censo para inativos para coleta de dados no curto prazo. Pelo conselheiro Badaue, foi dito que estava preocupado com o resultado apresentado e que queria saber, primeiro, sobre a reserva matemática, que não conseguiu compreender porque de 2012 a 2016 houve uma mudança, mais especificamente sobre 2016. As convidadas fizeram os esclarecimentos técnicos cabíveis, tendo o conselheiro dado por satisfeito quanto às indagações. Passado ao item Assuntos Gerais, foi dada a palavra ao conselho na ordem regimental. Pelo conselheiro Leandro foi reiterada a crítica quanto à redação da ata, além de reportar reclamações sobre problemas no pagamento dos benefícios assistenciais. Pela conselheira Melissa foi dito que o canal está sempre aberto, já tendo sido acatados pedidos de alteração, desde que sejam específicos. Quanto ao pagamento dos benefícios represados, que alguns já foram pagos e estão sendo acertados conforme configuração do novo sistema integrado de orçamento e pagamento adotado pela prefeitura. Pelo Conselheiro Ulysses foi indagado sobre o calendário de pagamento de benefícios, outra questão, dirigida ao presidente do Conselho, se o governo está se mobilizando para solução do déficit atuarial. Pelo presidente do conselho, Dr. Dionísio, foi esclarecido que não participa diretamente das questões orçamentárias, mas que, de qualquer forma, ao longo do tempo, vem se aportando recursos para regularizar o déficit apontado. Já houve projetos no passado que se tentou, através de imóveis e, que, na verdade, o município é o garantidor final e que, como garantidor, sempre terá que aportar os recursos em caso de déficit. De qualquer forma, a Prefeitura vem estudando essas questões. Pelo conselheiro Viegas foi reiterado que o Tesouro é o garantidor do déficit previdenciário, sendo feita uma análise na LDO e a LOA de toda a previsão de arrecadação de receitas do município ao longo do próximo exercício e analisando-se todas as despesas de caráter obrigatório e uma dessas despesas obrigatórias é o aporte ao FUNPREVI. Mas que em relação ao déficit atuarial, ele não é tratado diretamente dentro da LDO e da LOA. Pelo conselheiro Ulysses foi citada a existência do Índice de Situação Previdenciária - ISP, destacando a

sua relevância, e a nota mínima do FUNPREVI e sugerindo a elaboração de resolução para perseguir a melhoria do ISP. Pela conselheira Melissa foi dito que o ISP é indicador bem limitado. Muito influenciado pelas notas em caso de déficit financeiro e atuarial. Logo, enquanto não houver novo plano de equacionamento, não haverá melhoria na nota do ISP. Além disso, ele tem uma parte de transparência que não está refletindo a realidade, uma vez que o PREVIRIO está em dia com todas as suas obrigações em relação aos órgãos reguladores, prova disso, a conquista do CRP administrativo. Que o Instituto está caminhando para uma certificação institucional muito mais moderna, que é o PRO-GESTÃO RPPS. Assim, a princípio, a meta para esse ano é o PROGESTÃO, não sendo interesse, no curto prazo, buscar a melhoria do ISP, em função também das limitações já explicadas. O conselheiro Ulysses informou que mantinha a solicitação. Em resposta à solicitação quanto ao calendário de benefícios, a conselheira Melissa informa que continua sendo todo dia 20. Esclarece que esses primeiros meses do ano, existem os desafios próprios do orçamento, além da questão da implantação no novo sistema. Regularizando essas duas questões, o calendário é todo dia 20. Pelo conselheiro Badaue foi indagado sobre a previsão para as eleições do CAD desse ano e sobre falta de atendimento aos segurados na central presencial. Pela conselheira Melissa foi dito que a orientação é para que o servidor seja atendido da melhor forma possível e que é feita vistoria periódica, pessoal, pela presidência, para verificação, mas que se compromete a verificar a informação e passar novamente a orientação. Em relação ao CAD, já se iniciou o processo eleitoral, que é junto à Fazenda, em fase de constituição da Comissão Eleitoral. Formada a comissão serão iniciados os trabalhos de calendário.

Nada mais sendo acrescentado, a sessão foi encerrada às 17:50h.

4. RELAÇÃO DOS CONSELHEIROS PRESENTES: Fernando dos S. Dionísio - Suplente do Prefeito; Melissa Garrido Cabral - Presidente do PREVI-RIO; Dr. André Tostes - Suplente do Procurador Geral do Município; Carlos Evandro Viegas - Suplente do Secretário Municipal de Fazenda; Roberta de O. Guimarães - Subsecretária de Gente e Gestão Compartilhada da Secretaria de Fazenda e Planejamento; Leandro Ribeiro Campos - 1º. Eleito - Izabel Cristina Gomes da Costa Paolino- 2º Eleito Ulysses Fernando Freitas da Silva - 3º Eleito; Adriano Badaue - 4ºEleito.